



O ISLÃ NO BRASIL: DOS MALÊS AOS DIAS ATUAIS

ISLAM IN BRAZIL: FROM THE MALESE TO THE PRESENT DAY

ISLAM EN BRASIL: DE MALESES A DÍAS ACTUALES

Rowena Porto das Neves¹

DOI: 10.54751/revistafoco.v16n10-053

Recebido em: 01 de Setembro de 2023

Aceito em: 02 de Outubro de 2023



RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a presença e trajetória do islã no Brasil desde o período escravagista, passando pela imigração árabe, até os dias de hoje. Em paralelo, apresentar como se deu sua chegada e assentamento pelo país, observando suas características, histórias e heranças no país. O trabalho iniciará com um breve relato de como o islã surgiu e se difundiu até chegar aos países no norte da África, local dos quais eram oriundos grande parte das pessoas escravizadas e trazidas até o Brasil, através de caravelas, pelos portugueses, desembarcando na Bahia. Analisaremos os períodos migratórios entre os séculos XIX e XX, até chegar à presença do islã no Brasil nos dias de hoje, a conversão à religião e a herança cultural herdada pelos muçulmanos no país. A metodologia será debruçada em pesquisas de fontes bibliográficas históricas e religiosas, além da exposição de dados e tabelas. Este trabalho pretende contribuir com uma maior compreensão da religião islã e suas raízes em nosso país.

Palavras-chave: História; religião; islã; muçulmanos no Brasil.

ABSTRACT

This article aims to analyze the presence and trajectory of Islam in Brazil from the slavery period, through Arab immigration, to the present day. In parallel, present how his arrival and settlement throughout the country took place, observing its characteristics, histories and heritages in the country. The work will begin with a brief account of how Islam emerged and spread until it reached countries in North Africa, a place from which most of the enslaved people came to Brazil, through caravels, by the Portuguese, disembarking in Bahia. We will analyze the immigration periods between the 19th and 20th centuries, until reaching the presence of Islam in Brazil today, the conversion to religion and the cultural heritage inherited by Muslims in the country. The methodology will focus on research from historical and religious bibliographic sources, in addition to the exposure of data and tables. This work intends to contribute to a greater understanding of the Islam religion and its roots in our country.

Keywords: History; religion; islam; muslims in Brazil.

¹Mestranda em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. R. Eng. Fábio Ruschi, 161, Bento Ferreira, Vitória – ES, CEP: 29050-670. E-mail: rowena.porto@gmail.com

RESUMEN

El propósito de este artículo es analizar la presencia y trayectoria del Islam en Brasil desde el periodo de la esclavitud, a través de la inmigración árabe, hasta el día de hoy. Paralelamente, presentar cómo se produjo su llegada y asentamiento en todo el país, observando sus características, historias y herencias en el país. El trabajo comenzará con un breve relato de cómo el Islam apareció y se extendió hasta llegar a los países del norte de África, de donde una gran parte de la gente esclavizó y llevó a Brasil, a través de caravanas, por los portugueses, desembarcando en Bahía. Analizaremos los periodos de inmigración entre los siglos XIX y XX, hasta que el Islam esté presente en Brasil hoy, la conversión a la religión y el patrimonio cultural heredado por los musulmanes en el país. La metodología se reflejará en la investigación a partir de fuentes bibliográficas históricas y religiosas, además de la exposición de datos y cuadros. Esta labor tiene por objeto contribuir a una mayor comprensión de la religión islámica y sus raíces en nuestro país.

Palabras clave: Historia; religión; Islam; musulmanes en Brasil.

1. Introdução

A presença do Islã no Brasil é uma jornada fascinante que se estende desde os tempos dos Malês até os dias atuais. Essa trajetória é um reflexo da rica diversidade cultural e religiosa que caracteriza o país, onde diferentes tradições e crenças coexistem e contribuem para a construção da identidade nacional. O Brasil é conhecido por sua vasta diversidade religiosa, abrigando uma pluralidade de crenças e práticas espirituais. Entre essas tradições, o Islã desempenha um papel único e muitas vezes pouco explorado. Desde os primeiros registros da presença de africanos muçulmanos trazidos como escravos no século XVIII até a formação de comunidades muçulmanas mais estabelecidas nos séculos subsequentes, o Islã tem sido uma parte intrigante do mosaico religioso brasileiro.

Este trabalho tem como objetivo central analisar a presença e a influência do Islã no Brasil ao longo do tempo, examinando como a religião islâmica se enraizou e evoluiu neste contexto multicultural. Buscaremos responder à seguinte pergunta: Como o Islã, desde os tempos dos Malês até os dias atuais, moldou a cultura, a identidade e a sociedade brasileira? Para alcançar esse objetivo, adotaremos uma abordagem metodológica predominantemente bibliográfica. Através da análise de fontes históricas, relatos de viagens, estudos acadêmicos e documentos, investigaremos as diferentes fases da presença

islâmica no Brasil, desde as comunidades de escravos africanos até as atuais comunidades muçulmanas.

A relevância desta pesquisa reside na compreensão mais profunda da contribuição do Islã para a diversidade religiosa e cultural do Brasil, bem como na promoção do diálogo intercultural e inter-religioso. Além disso, o estudo permitirá aprofundar o conhecimento sobre como a religião influenciou a história e a identidade brasileira, ampliando nossa visão sobre a complexa tapeçaria religiosa do país.

2. Do Islã

2.1 Da Religião

O islã é uma religião com cerca de mil e quatrocentos anos de história, que se originou durante o período da Idade Média, na região da Península Arábica. Hourani (2006) narra que, segundo a tradição islâmica, o profeta Maomé (Mohammad, em árabe) tinha em torno de quarenta anos de idade quando, em um retiro solitário, um anjo entregou a ele a mensagem de Alá (que significa “Deus” em Árabe). Essa mensagem viria a se tornar o livro sagrado do islã, o Corão e convocava-o a tornar-se mensageiro de Deus. Os ensinamentos de Maomé encontraram resistência em Meca e ele então deixou a cidade junto de seus seguidores, indo se estabelecer em Medina, em um episódio conhecido como Hégira, e é considerado o marco do ano zero, segundo a tradição do islã. Em Medina, a doutrina de Maomé ganhou força e começou a se expandir (HOURANI, 2006).

A doutrina islâmica se baseia em cinco pilares, segundo Hathout (2014): O primeiro é a profissão da fé (em árabe, shahada): “Não há outro deus além de Alá e Maomé é o seu mensageiro” são as palavras que devem ser repetidas em voz alta por qualquer pessoa, no ato da conversão ao islã, diante de duas testemunhas; O segundo pilar é a oração (azalá), que deve ser feita com o corpo limpo e após a ablução (*wudu*)² e virado para Caaba³, individualmente ou em grupo, cinco vezes ao dia: ao amanhecer, ao meio dia, à meia-tarde, ao anoitecer

² Um rito de purificação que consiste em lavar com água a boca, os orifícios nasais, o rosto, os antebraços, os pés, além de molhar a cabeça e as orelhas.

³ A primeira das mesquitas, construída pelo patriarca Abraão, localizada na cidade de Meca, ou *Makka*.

e à noite; o terceiro pilar é a caridade. Todo muçulmano, de acordo com suas condições, deve doar parte de sua renda para ajudar os mais necessitados (zakat); O quarto pilar é o jejum do Ramadã (“siám” ou “sawm”): todo muçulmano que já passou da puberdade não deve beber, comer ou manter relações sexuais desde o amanhecer até o pôr do Sol durante todo o nono mês do calendário lunar. Esse é um mês de purificação espiritual, que tem a intenção de proporcionar autocontrole e força de vontade. Ao término do Ramadã, há um período de festividades; O quinto e último pilar é a peregrinação à Meca (hajj), a cidade sagrada do islã. Todo muçulmano que tenha saúde ou condições financeiras deve fazer a peregrinação ao menos uma vez na vida.

Após a morte de seu profeta, Mohammed, no ano de 632 dc, com a península arábica unificada, os novos líderes, chamados de “califas”, passaram a expandir ainda mais o seu domínio, levando a cultura islâmica para novos territórios além de suas fronteiras: Tomaram a Síria, o império sassânida, Jerusalém, até o norte da África, estabelecendo-se nos países que hoje conhecemos por Egito, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos, disseminando o islã por essas regiões, miscigenado de forma sincrética o mundo árabe aos idiomas, crenças, princípios, rituais e culturas locais, criando características específicas no continente africano, mas mantendo os seus fundamentos. E é com esse islã africanizado que nosso país terá seu primeiro contato com esta religião.

2.2 Islã e Escravidão: Os Malês e a Chegada ao Brasil

A grande primeira leva de muçulmanos que chega ao Brasil tem origem no período escravagista, com a vinda de escravos africanos trazidos ao país na passagem do século XVIII para o XIX. Os muçulmanos foram apelidados de “malês” ao chegar em nosso país, expressão que deriva do “imalê” e significa “muçulmano”, em iorubá e não era direcionada a nenhuma etnia específica, mas para designar os seguidores do islã dentre os escravos africanos, dessa forma, “havia nagôs, haussás, jejes, tapas e possivelmente também mandingos — enfim, pessoas pertencentes a diversas etnias— que eram malês” (REIS, 2003, p.116). Eram pessoas cultas, que sabiam ler e escrever em árabe, monoteístas, não ingeriam bebidas alcoólicas, ou se alimentavam de carne de porco. Reis aponta que: “Porém, havia também tensões entre malês e negros não-

islamizados. Estes últimos queixavam-se do orgulho excessivo, da intolerância e da ortodoxia dos companheiros maometanos” (REIS, 2003, p.116). Os escravos islamizados eram vistos e até mesmo se sentiam uma elite em meio aos outros africanos. Eram monoteístas, diferentes dos outros escravos, que tinham religiões de matriz africana basicamente politeístas. Vestiam-se de forma diferenciada e dominavam a língua escrita de origem árabe. Parte dos escravos não islamizados consideravam os escravos islamizados arrogantes, o que gerava certa antipatia. Os escravos islamizados eram organizados, recolhiam dinheiro para repor aos seus senhores, por não trabalhar às sextafeiras e também mantinham um fundo para adquirir cartas de alforria entre si. Freyre (2003, p.382) pondera sobre a instrução dos escravos malês, inclusive como sendo superior à de seus senhores portugueses:

A verdade é que importaram-se para o Brasil, da área mais penetrada pelo islamismo, negros maometanos de cultura superior não só à dos indígenas como à da grande maioria dos colonos brancos - portugueses e filhos de portugueses quase sem instrução nenhuma, analfabetos uns, semi-analfabetos na maior parte. Gente que quando tinha de escrever uma carta ou de fazer uma conta era pela mão do padre-mestre ou pela cabeça do caixeiro. Quase só sabiam lançar no papel o jamegão; e este mesmo em letra troncha. Letra de menino aprendendo a escrever. [...] É que nas senzalas da Bahia de 1835 havia talvez maior número de gente sabendo ler e escrever do que no alto das casas-grandes.

Os escravos que aportavam no Brasil traziam consigo as mais diversas religiões de matrizes africanas. Durante o período imperial do Brasil, a religião oficial era a Católica, sendo as outras religiões permitidas, mas com restrições de culto, como nos aponta a Constituição Imperial de 1824 em seu artigo 5º: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo.” Os malês, portanto, podiam exercer a religião islâmica em nosso país naquele período até então, mas com certas ressalvas. Reis aponta que os malês reuniam-se em casas de escravos recém libertos para orar, aprender a ler e escrever o árabe e decorar versos do Alcorão, em busca de novos adeptos: “Velhos malês procuravam atrair malês novos. Os documentos da devassa de 1835 revelam um forte movimento de proselitismo e conversão em curso na

Bahia dos anos trinta do século passado.” (REIS, 2003, p. 118). A primeira adaptação do islã foi à própria cultura africana. Agora, o islã passava por um outro momento de adaptação, em terras brasileiras. Seus seguidores buscavam manter as suas características básicas, como seus hábitos alimentares, calendário, e datas comemorativas.

O islã chega ao Brasil junto aos navios negreiros com pessoas escravizadas em decorrência de conflitos civis e religiosos que afligiam os seus países. É um fator importante para localizar o islã culturalmente no Brasil e definir o tom do período de revoltas no país. Toma um viés libertário, de resistência, que pode ter fomentado o conflito conhecido como Revolta dos Malês. Reis (2003, p.114) nos dá um panorama sobre este ponto de vista:

O islã teve um papel ambíguo nos movimentos político- religiosos da África Ocidental na primeira metade do século XIX. Por um lado, representou a ideologia e inspirou formas de governo de estados geralmente expansionistas. Neste caso foi um aliado do poder, frequentemente instrumento militarista que serviu a senhores e comerciantes de escravos. Mas por outro lado o islã representou o refúgio dos humildes. Deu força espiritual, moral e organizativa a homens pobres livres que viviam subordinados aos poderosos protegidos da religião tradicional e manteve viva a esperança de libertação de milhares de escravos muçulmanos. Foi então um instrumento de revolta.

A cidade de Salvador em 1835 era um caldeirão socio, étnico e econômico fervilhando: 9 em cada 10 habitantes da cidade viviam em situação de pobreza. Mendingos e desempregados infestavam as ruas e as ideias de insurgências eram constantes. Eram 65.000 pessoas, sendo 22.000 africanos.

Nos campos, os escravos exerciam o trabalho de corte de árvores, lavouras de cana de açúcar, fumo e mandioca, criação de gado, além de afazeres domésticos. Já os escravos urbanos geralmente eram escravos de ganho: passavam o dia pelas ruas alugando-se a terceiros para transporte de cargas e pessoas, o que lhes dava um bom conhecimento da geografia da região, além do trabalho no artesanato e de vendas. Esses escravos urbanos ficavam com certa parte dos ganhos que entregavam aos seus senhores, o que lhes proporcionava a condição de após cerca de nove anos, comprar a sua alforria. Os escravos de ganho desfrutavam de mais liberdade e mobilidade que os escravos do campo, o que era um facilitador para revoltas, ideais

conspiratórios e levantes, como o do Haiti, em 1789, o que preocupava a elite branca e as autoridades.

A essa altura os muçulmanos já representavam um segmento dada comunidade negra bem delimitado, carregado de identidade, uma referência forte para os africanos que viviam na Bahia naquela época. Escravos e libertos corriam para o islã em busca de conforto espiritual e esperança. Precisavam disso para pôr alguma ordem e dignidade em suas vidas. Os textos do Alcorão atraíam-nos pela expressão de simpatia pelo homem discriminado, exilado, perseguido e escravizado. O islã foi e continua sendo uma religião atraente para as massas oprimidas, por causa desse seu tom contra a opressão. Mas, se Alá se dispõe a proteger o fraco, ele quer dele fidelidade e so bre tudo compromisso com a divulgação de sua palavra e com o modo de vida islâmico. Essa dimensão militante do islã constituía um elemento de distinção dos malês, atraía muitos africanos para seu lado, mas também afastava outros tantos (REIS, 2003, p. 133-134).

Durante o período escravagista, houve diversas revoltas de escravos em nosso país. A Revolta dos Malês, porém, se tornou uma das mais significativas. Os revoltosos eram na maioria nagôs, mas houve a adesão de escravos e libertos de outras etnias e crenças. Ao todo, participaram deste levante cerca de 600 revoltosos. O dia escolhido para a revolta foi ao término do período de Ramadã, o mês sagrado no calendário islâmico voltado para o jejum e a purificação espiritual. Naquele ano, o fim do ramadã coincidia com a festa católica de Nossa Senhora da Guia. Com a população, autoridades e polícia da cidade voltados para os festejos católicos, os revoltosos puderam se preparar para o levante, que eclodiu no dia 25 de janeiro de 1835.

Após a denúncia de uma liberta nagô, houve prontamente repressão policial ao levante. Os escravos, surpreendidos, tiveram que antecipar o início do movimento, iniciando o embate entre as autoridades da cidade e os rebeldes. Sendo dispersados, os revoltosos correram pelas ruas da cidade na tentativa de arregimentar mais adeptos ao movimento, seguindo até o Bairro da Vitória, aonde viviam muitos malês, buscando cooptá-los ao levante. Os confrontos se estenderam por vários pontos da cidade até alcançar a Cidade Baixa, aonde finalmente os insurgentes foram derrotados. O saldo final da Revolta foram 300 escravos e libertos presos e cerca de 70 revoltosos mortos.

Para Reis (2003, p.110), “Não há sombra de dúvida sobre o papel central desempenhado pelos muçulmanos na rebelião de 1835.”: Dentre os mortos e em

posse dos revoltosos, foram encontrados amuletos muçulmanos, papéis com rezas e passagens do alcorão, além de corpos com vestimentas somente utilizadas pelos adeptos do islã. Apesar disso, não se pode afirmar que a revolução dos malês teve caráter especificamente religioso. Muitos estudiosos afirmam que os motivos têm cunho político ou contra o regime escravocrata. Os motivos, entretanto, podem ter sido uma somatória de todos esses pontos. Para Gilberto Freyre (2003, p.382), a revolta ocorrida em 1835 "merece lugar entre as revoluções libertárias, de sentido religioso, social ou cultural."

Como consequências da revolta, os mortos foram enterrados sem nenhuma cerimônia religiosa, em valas comuns. Os insurgentes foram condenados a punições que variavam entre prisão, açoites e pena de morte. A partir de então, houve um fecho de cerco para os escravos em Salvador: Os escravos só podiam transitar pelas ruas com a autorização dos proprietários, houve prisões, assassinatos, espancamento e deportação de africanos por meses após a Revolta, mesmo os que não tiveram relação com o levante. Leis intensificando a vigilância sobre os escravos africanos foram criadas por todo o território: possuir roupas e amuletos malês, prancha para escrever, anéis de prata ou portar algum documento escrito em árabe, por menor que fosse, já era o suficiente para levar um escravo para a morte. A polícia fazia busca por escravos muçulmanos, instaurando um clima de medo e perseguição por toda a parte. Muitos africanos libertos optaram pelo retorno à África, devido às perseguições e arbitrariedade que se impuseram aos nativos do continente africano no Brasil. De escravos caros quando chegaram, os escravos africanos passaram a ser visto como imigrantes perigosos e indesejados. Aos que ficaram, se viram obrigados a renegarem qualquer relação com os muçulmanos por questão de segurança e sobrevivência. A partir de então, o islã no Brasil mudou e passou a ser "Um Islã que, menos rebelde e mais adaptado às necessidades do dia-a-dia de seus acólitos e clientes, viajou da Bahia para outras regiões, acompanhando as rotas do tráfico interno depois de 1835" (REIS, 2000, p.91). A religião islã no Brasil naquele período, então, passou a ser exercida no máximo de forma velada, deixando poucos resquícios de sua presença no país, que iria novamente se fortalecer somente anos depois, com uma nova onda de chegada dos islâmicos, dessa vez, em forma de imigração.

A presença de muçulmanos entre os escravos africanos no Brasil é um tema relevante na história do país. Durante o período de tráfico transatlântico de escravos, que ocorreu ao longo de vários séculos, muitos africanos foram trazidos para o Brasil, e entre eles, havia pessoas de diversas origens étnicas e religiosas, incluindo muçulmanos. Os muçulmanos escravizados no Brasil frequentemente eram forçados a abandonar suas práticas religiosas tradicionais devido à pressão da escravidão e à imposição do cristianismo. No entanto, alguns conseguiram manter aspectos de sua fé islâmica de forma clandestina, como orações e tradições culturais.

É importante notar que a maioria dos registros sobre a presença muçulmana entre os escravos no Brasil é baseada em evidências indiretas, uma vez que muitos africanos foram forçados a abandonar abertamente sua religião e cultura em favor do cristianismo. Portanto, é difícil traçar com precisão a extensão e a natureza da presença muçulmana naquela época. Além disso, o Brasil experimentou um processo de sincretismo religioso, no qual elementos das religiões africanas, indígenas e cristãs se fundiram, dando origem a práticas religiosas sincréticas, como o Candomblé e a Umbanda, que incorporaram elementos de diversas tradições religiosas, incluindo o islamismo.

Em resumo, a presença de muçulmanos entre os escravos no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco durante os tempos coloniais e pós-coloniais é um aspecto importante da história da diáspora africana no Brasil, mas muitos detalhes específicos podem ter se perdido ao longo do tempo. Não tenho informações sobre o diário de viagem mencionado, mas a presença muçulmana na diáspora africana é um tópico de pesquisa interessante na história brasileira.

3. Islã e Imigração: Arabes, Libaneses, Sirios e Palestinos nos Séculos XIX E XX

O início da imigração árabe para o Brasil e outras partes do mundo teve início entre os anos de 1860 e 1920. Na época, a região do Líbano e Síria estavam sobre o domínio do império turco-otomano, nascido no século XI. O império turco-otomano disseminou a religião islâmica pelo Líbano, Síria e outros países que estavam sobre a sua influência ao longo dos quatro séculos em que tiveram o domínio nessas regiões, tornando esta a sua religião principal. Com o

arrochamento da liberdade política e religiosa, precariedade na estrutura agrária e o grande aumento populacional, muitos sírios e libaneses, decidiram por migrar para outros países, dentre eles o Brasil. Desses, a grande maioria se compunha por cristãos que sofreram perseguição religiosa em seu país de origem, entretanto, muçulmanos também acompanharam essa onda de imigração até o Brasil, conforme dados que Mott (2000, p.189) nos apresenta:

A corrente muçulmana sempre foi minoritária. O Censo Populacional de 1940 indicou 3 053 muçulmanos, sendo que desses, 1 393 estavam em São Paulo e 767 no Rio de Janeiro. Uma Sociedade Beneficente Muçulmana lançou na década de 1930 as bases para a construção de uma mesquita na avenida do Estado, sendo que em 1942 foi lançada a pedra fundamental.

Portanto, nesse novo momento a presença islã, religiosa, no Brasil se confunde com a presença árabe, cultural, como nos aponta Ribeiro (2012, p.129): “[...] ser muçulmano, neste período, era quase o mesmo que ser um imigrante árabe. Trazia-se a religiosidade junto com a nacionalidade, apesar de muitos imigrantes árabes já serem cristãos desde seu país de origem”. O árabe, tanto muçulmano quanto cristão será bem representado nesse período pela figura do mascate, no Brasil. Profissão adotada devido à sua familiaridade com o comércio em suas terras natais, e implementada e difundida em nosso país pelos descendentes desses povos, além da prática do comércio em geral.

Atribuiu-se a esses imigrantes árabes o denominação de “turcos”, devido ao passaporte que portavam ao adentrar ao país, derivado do Império Turco-Otomano. Porém, ao longo dos anos, foram construindo a sua própria identidade em nosso país, desvincilhando-se da associação turca. Em 2020, a Câmara de Comércio Árabe Brasileira divulgou uma pesquisa inédita revelando que 6% da população brasileira é composta por árabes e seus descendentes. O estudo, intitulado “Pesquisa Nacional Exclusiva sobre Árabes no Brasil”, foi conduzido pelo Ibope Inteligência em parceria com a H2R Pesquisas Avançadas. Os resultados indicam que atualmente, 11,61 milhões de pessoas vivendo no Brasil têm origens na comunidade árabe. A divulgação desses dados ocorreu em comemoração ao 68º aniversário da Câmara Árabe.

Os detalhes gerais da pesquisa, incluindo o número de árabes e descendentes e suas origens por país, foram apresentados pela CEO do Ibope,

Márcia Cavallari Nunes, durante um evento virtual. As entrevistas foram realizadas em 2.002 residências em 143 municípios brasileiros, no período de 1 a 15 de outubro de 2019, levando em consideração uma margem de erro de dois pontos percentuais. Portanto, a população árabe no Brasil varia entre 9,52 milhões e 13,69 milhões de pessoas.

Os entrevistados representaram 12 nacionalidades diferentes entre os 22 países árabes. Os libaneses compuseram 27% dos entrevistados, seguidos por sírios (13%), marroquinos (6%), sauditas (6%), egípcios (5%), palestinos (5%), argelinos (3%), jordanianos (3%), líbios (3%), somalis (3%), barenitas (1%) e cataris (1%). Outros 25% não identificaram uma nacionalidade árabe específica. A pesquisa usou quatro critérios específicos para determinar se uma pessoa era considerada árabe ou descendente, considerando que ela deveria atender a pelo menos um desses critérios.

A pesquisa também revelou que a maioria da comunidade árabe brasileira é composta por homens, que representam 60% do total. A faixa etária está bem distribuída, com 16% até 15 anos, 17% entre 16 e 24 anos, 15% entre 25 e 34 anos, 18% entre 35 e 44 anos e 15% entre 45 e 54 anos. As pessoas com 55 anos ou mais representam 20% do total.

Em relação à religião, a pesquisa apontou que 43% dos descendentes e árabes se consideram católicos, 18% são evangélicos ou protestantes, 16% são muçulmanos e 23% se identificaram com outra religião ou não têm religião. Essa população árabe está distribuída por todo o território brasileiro, com 39% residindo na região Sudeste, 32% no Nordeste, 17% no Sul, 6% no Norte e 5% no Centro-Oeste. Além disso, 45% da comunidade pertence às classes A e B, 41% à classe C e 13% às classes D e E, indicando uma representação significativamente maior de pessoas de classe social mais elevada em comparação com a média da população brasileira. Entre os entrevistados, 16% se declararam muçulmanos, o que equivale a 1,9 milhão de pessoas de religião muçulmana na comunidade árabe brasileira, representando 1% da população total do país.

Além das informações reveladas pela pesquisa sobre a presença árabe no Brasil, é importante observar que conflitos externos, como a Primavera Árabe, a Guerra da Síria e os conflitos no Líbano, tiveram um impacto significativo nas

imigrações de muçulmanos para o Brasil nas últimas décadas. A Primavera Árabe, que começou em 2010 e se espalhou por vários países árabes, desencadeou uma série de instabilidades políticas, econômicas e sociais na região. Como resultado, muitos indivíduos e famílias árabes buscaram refúgio e oportunidades econômicas em outros países, incluindo o Brasil. Embora a maioria dos refugiados da Primavera Árabe tenha se deslocado principalmente para países europeus vizinhos, algumas famílias e indivíduos encontraram no Brasil um local para recomeçar suas vidas.

A Guerra da Síria, que começou em 2011, e os conflitos em curso no Líbano também tiveram impacto na imigração de muçulmanos para o Brasil. Muitas famílias sírias e libanesas, tanto muçulmanas quanto de outras religiões, buscaram refúgio no Brasil para escapar da violência e da instabilidade em seus países de origem. Esses imigrantes contribuíram para a diversificação da comunidade árabe no Brasil, trazendo consigo sua cultura, tradições e experiências. É importante destacar que a resposta do Brasil à imigração de refugiados e à chegada de imigrantes muçulmanos variou ao longo do tempo e dependeu de políticas governamentais e do contexto internacional. O país tem uma história de acolhimento de imigrantes de diversas origens étnicas e culturais, mas os desafios relacionados à integração e à inclusão de novas comunidades também surgem nesse contexto.

As comunidades muçulmanas no Brasil têm desempenhado um papel importante na promoção da diversidade cultural e religiosa no país, contribuindo para o tecido social brasileiro por meio de suas práticas religiosas, gastronomia, comércio e intercâmbio cultural. Além disso, essas comunidades frequentemente se envolvem em esforços de integração e ajuda humanitária, auxiliando outros imigrantes que chegam ao Brasil em busca de um novo lar.

Nos últimos anos, tem sido observado um aumento significativo na construção de templos e mesquitas muçulmanas no Brasil. Esse fenômeno reflete não apenas o crescimento da comunidade muçulmana no país, mas também a busca por um espaço adequado para a prática religiosa e o fortalecimento da identidade cultural e religiosa dos muçulmanos brasileiros. A construção de mesquitas e templos muçulmanos no Brasil desempenha um papel fundamental na promoção da liberdade religiosa e na oferta de um local

de culto e congregação para a comunidade muçulmana. Além disso, esses locais também se tornam centros de educação religiosa, onde são ministradas aulas sobre o Islã e a língua árabe, fortalecendo os laços culturais e religiosos dos membros da comunidade.

O aumento na construção de mesquitas e templos muçulmanos também é uma manifestação da crescente visibilidade e aceitação dos muçulmanos na sociedade brasileira. À medida que esses espaços religiosos se tornam mais acessíveis, mais brasileiros têm a oportunidade de aprender sobre o Islã e desmistificar estereótipos e preconceitos. Outro fator que contribui para o aumento da construção de mesquitas é o aumento da imigração de muçulmanos para o Brasil, como mencionado anteriormente em relação a eventos internacionais. Com a chegada de novos imigrantes, a necessidade de locais de culto e de integração comunitária cresce.

No entanto, é importante observar que a construção de mesquitas e templos muçulmanos também pode enfrentar desafios e controvérsias, especialmente em áreas onde a compreensão do Islã é limitada e surgem mal-entendidos sobre a religião e a cultura muçulmana. Portanto, a educação e o diálogo intercultural desempenham um papel crucial na promoção da coexistência harmoniosa entre as diferentes comunidades religiosas no Brasil.

Um novo momento de imigração muçulmana para o Brasil se dá principalmente no momento em que eclode uma guerra civil no Líbano, levando diversos libaneses e buscarem refúgio em outros países, dentre eles o Brasil. Entre a Primeira e a Segunda Guerra mundiais, um número grande de muçulmanos, principalmente sírios, vêm para o Brasil em busca de enriquecimento e principalmente, mais liberdade religiosa.

Segundo pesquisa realizada pelo Ibope⁴, a comunidade árabe em nosso país, composta por árabes e seus descendentes, hoje corresponde a quase 7% da população brasileira e dentre estes, no que diz respeito a religião, 16% são muçulmanos. Com essa porcentagem, de acordo com os dados desta pesquisa, foram identificados 1,9 milhão de pessoas de religião muçulmana na

⁴ Pesquisa denominada 'Pesquisa Nacional Exclusiva sobre Árabes no Brasil' realizada no ano de 2020, encomendada pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira e realizada pelo Ibope Inteligência em parceria com a H2R Pesquisas Avançadas.

comunidade árabe brasileira, que representam, portanto, 1% da população do país.

3.1 O Islã no Brasil Hoje: Estatísticas e a Reversão

A fonte mais recente para o recenseamento de muçulmanos e outras religiões no Brasil é o censo de 2010, realizado pelo IBGE. Neste ponto, serão também utilizados os apontamentos retirados do censo de 2010 feitos por Castro & Vilela (2019), que analisaram a presença dos muçulmanos em nosso país à luz deste recenseamento. Tendo em vista que as religiões tem uma mutação e evolução muito mais dinâmica de que os levantamentos estatísticos pontuais, vislumbraremos o islã no Brasil a partir de um levantamento de dados que pinta um cenário temporal em nosso país, porém, que estará sempre em constante atualização, o que não exclui a sua relevância para o estudo de projeções futuras e a análise da trajetória até o ponto analisado.

Atualmente, o islã é a religião que mais cresce no planeta, contando com aproximadamente cerca de 1,8 bilhões de adeptos espalhados pelo mundo inteiro, o que equivale a cerca de 24% da população mundial, ficando apenas atrás do cristianismo em número de seguidores⁵. No Brasil, entretanto, o número de adeptos ao islã é minoritário, segundo os dados apontados pelo IBGE (2010): podemos perceber no país o catolicismo como religião majoritária (com mais de cento e vinte e três milhões de adeptos), seguido por evangélicos (com mais de quarenta e dois milhões de seguidores). O islã representa cerca de 0,02% da população brasileira, com um número em torno de 35.000 seguidores. Esse quantitativo, porém, demonstra um crescimento de mais ou menos 29,1% em relação ao censo anterior, de 27.239 pessoas para 35.167, o que sinaliza um aumento significativo de adeptos no Brasil. Entre este período, a população brasileira cresceu 12,3%.

As regiões com maiores concentrações de muçulmanos se localizam em áreas urbanas e coincidem com as que têm grandes comunidades de origem árabe, ficando o estado de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais com os primeiros lugares, em decrescente de maior

⁵ Pesquisa realizada em 2015 por Pew Research Center's (www.pewresearch.org)

concentração de adeptos. Em todos os Estados brasileiros têm, entretanto, pessoas que se declararam adeptos da religião:

Ribeiro (2012) nos esclarece que, para o islã, todos já nascemos muçulmanos. Porém, ao longo da vida, acabamos optando por outras religiões, por isso é necessária uma “Reversão”. Portanto, se converter a essa religião é um retorno à origem religiosa, ao seu estado natural. Na Reversão, feita por um sheik, é pronunciada a chahada, jura islâmica que em sua tradução diz: “não há divindade alguma além de Deus, e Mohamed é seu último mensageiro”. É um processo simples, que facilita a adesão à esta religião e talvez explique o número de adeptos que cresce cada dia mais, em nosso país.

Ser muçulmano no Brasil hoje envolve uma experiência variada e única para cada indivíduo, uma vez que a comunidade muçulmana no país é diversificada em termos de origens étnicas, culturais e socioeconômicas. Aqui estão alguns aspectos que podem caracterizar a experiência de ser muçulmano no Brasil:

Diversidade Cultural e Étnica: A comunidade muçulmana no Brasil é formada por pessoas de diversas origens étnicas, incluindo descendentes de libaneses, sírios, palestinos, egípcios e outras nacionalidades árabes, bem como convertidos brasileiros. Essa diversidade cultural é refletida nas práticas religiosas, nas tradições familiares e na culinária, criando uma rica tapeçaria cultural.

Liberdade Religiosa: O Brasil é conhecido por sua tolerância religiosa e liberdade de culto, o que proporciona um ambiente propício para a prática do Islã. Os muçulmanos têm a liberdade de realizar suas orações, observar o jejum durante o Ramadã e praticar sua fé sem discriminação legal significativa.

Educação Religiosa: Muitas comunidades muçulmanas no Brasil têm mesquitas ou centros islâmicos onde são oferecidas aulas sobre o Islã, o Alcorão e a língua árabe. Essas instituições desempenham um papel importante na educação religiosa e na preservação da identidade cultural e religiosa.

Integração na Sociedade: Muitos muçulmanos no Brasil buscam uma integração harmoniosa na sociedade brasileira, contribuindo para a diversidade cultural do país. Além disso, eles estão envolvidos em diversas áreas da vida pública, como educação, comércio, medicina e política.

Sobre o ponto da justiça social no Islã, é importante destacar que o Islã enfatiza fortemente a justiça, a igualdade e a compaixão. O Alcorão e os ensinamentos do Profeta Muhammad instam os muçulmanos a praticar a justiça social, cuidar dos menos favorecidos e tratar todas as pessoas com equidade. Esses princípios podem ser um fator de crescimento do Islã em comunidades onde a justiça social é valorizada, uma vez que os indivíduos são atraídos pela ênfase do Islã em valores humanitários.

A caridade (zakat) e a assistência aos necessitados são parte fundamental da prática religiosa muçulmana, e muitas comunidades islâmicas no Brasil estão envolvidas em atividades beneficentes e projetos sociais que beneficiam não apenas os muçulmanos, mas também a sociedade em geral. Essa atuação em questões de justiça social pode gerar respeito e admiração pela comunidade muçulmana e sua fé.

4. Influencia e Herança do Islã No Brasil: Considerações Finais

Para uma melhor compreensão do islã, é importante pontuar: A maioria dos povos árabes é muçulmano, porém, a maioria dos muçulmanos não é árabe. O islã não é uma religião exclusiva dos árabes, mas do mundo inteiro: esta religião está em todos os países e continentes, não pertencendo a um único povo. Dos 1,8 bilhões de muçulmanos no mundo, dentre eles, somente 20% são árabes ou africanos⁶. No Brasil, o islã veio inicialmente com grande força através dos navios negreiros e depois, através da imigração árabe, até chegarmos aos dias de hoje, aonde temos um número crescente de conversões, através da reversão.

A herança desta religião se confunde com a herança dos povos que a trouxeram para nosso país, se incorporando inclusive aos costumes brasileiros. Freyre (2003) analisa a constituição antagônica que compõe a cultura brasileira e de uma forma bem abrangente e faz vários apontamentos das influencias maometanas em nossos costumes: na educação, na soletração coletiva da tabuada, no costume das mulheres irem à missa de mantilha com o rosto quase tapado como o das mulheres árabes, na medicina, na higiene, na matemática,

⁶ Segundo estimativas do Pew Research center em 2017 (www.pewresearch.org)

na arquitetura e nas artes decorativas que tomaram forma com o Rococó. O catolicismo, hoje ainda predominante como maior número de adeptos em nosso país, também encontrou-se com a religião muçulmana, impregnando-se desta em sua trajetória, como pontua Freyre ao exemplificar práticas adotadas no interior, típicas do islã, como o ato de atar ao pescoço ou pregar em paredes e janelas das casas papéis com orações para livrar o corpo da morte e a casa dos ladrões; A Festa dos Mortos, um evento popular que ocorre no interior de Alagoas, na cidade de Penedos, que em seus ritos são compostos de "Longas rezas e jejuns. Abstinência de bebidas alcoólicas. Relação da festa com as fases da Lua. Sacrifício de carneiro. A vestimenta, umas longas túnicas alvas." Para Freyre (2003, p.395),

O catolicismo das casas-grandes aqui se enriqueceu de influências muçulmanas contra as quais tão impotente foi o padre-capelão quanto o padre-mestre contra as corrupções do português pelos dialetos indígenas e africanos. É ponto a que nos havemos de referir com mais vagar, esse da interpenetração de influências de cultura no desenvolvimento do catolicismo brasileiro e da língua nacional. A esta altura apenas queremos salientar a atuação cultural desenvolvida na formação brasileira pelo islamismo, trazido ao Brasil pelos escravos males.

Trouxeram sua língua, alimentos, ritos, cultura e a incorporaram às existentes, miscigenando em vários aspectos, inclusive o religioso, o Brasil que temos, composto de várias paletas culturais. A influência mais visível do Islã na cultura brasileira é a culinária. Pratos populares na culinária brasileira, como quibe, esfiha, charutinho, tabule e doces à base de tâmaras, foram introduzidos pela comunidade árabe-muçulmana. Esses pratos são apreciados em todo o país e são uma parte essencial da diversidade culinária brasileira.

Embora não haja muitos edifícios ou mesquitas de arquitetura islâmica notáveis no Brasil, algumas estruturas podem apresentar influências arquitetônicas islâmicas em seus detalhes decorativos. Além disso, a comunidade muçulmana no Brasil construiu mesquitas que se tornaram centros culturais e religiosos. O Eid al-Fitr e o Eid al-Adha são duas das principais celebrações muçulmanas que são observadas pelas comunidades islâmicas no Brasil. Durante essas festas, as famílias muçulmanas se reúnem para orações e

compartilham refeições festivas, compartilhando sua cultura com amigos e vizinhos.

Embora a produção de arte e literatura islâmica não seja amplamente reconhecida no Brasil, algumas obras de arte e literatura que exploram temas islâmicos ou são influenciadas pelo Islã podem ser encontradas. Além disso, artistas e autores muçulmanos podem contribuir para a cena artística e literária do país. A comunidade muçulmana no Brasil também tem desempenhado um papel importante no comércio e nos negócios, especialmente nas áreas de importação e exportação. Isso trouxe influências culturais e econômicas significativas ao país.

A comunidade muçulmana no Brasil também tem se envolvido em diálogos inter-religiosos e eventos que promovem a compreensão mútua e a coexistência pacífica entre as diferentes religiões presentes no país. Há atualmente cerca de um milhão de muçulmanos no Brasil, espalhados por todo o país. A maioria da comunidade xiita no Brasil está localizada em São Paulo e na região sul (Curitiba e Foz do Iguaçu). A comunidade sunita está concentrada na maior parte do território nacional, sendo os estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Distrito Federal os que têm o maior número de fiéis. Assim, a comunidade muçulmana no Brasil é composta por imigrantes árabes, descendentes da população árabe no Brasil e convertidos brasileiros não-árabes. A comunidade muçulmana é quase inteiramente urbana, concentrada principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Foz do Iguaçu. Estas comunidades têm diferenças sociológicas e culturais muito significativas entre elas, como aponta Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto em seu livro "Ritual, Etnicidade e Identidade Religiosa nas Comunidades Muçulmanas no Brasil":

Por exemplo, no Rio de Janeiro o fluxo migratório recente é muito menor que nas outras duas comunidades, o que torna o processo de reformulação e criação de identidades muçulmanas muito mais dependente de elementos culturais locais ou nacionais, enquanto nas outras comunidades movimentos islâmicos trans-nacionais e um constante contato com o Islã praticado no Oriente Médio constituem importantes fatores no processo de produção de identidades islâmicas. Os muçulmanos dessas comunidades tendem a se concentrar em atividades comerciais, com uma marcada mobilidade social em direção a profissões liberais (medicina, direito, engenharia, etc.). (PINTO, 2005, p.230)

No entanto, segundo o autor, embora a maioria dos muçulmanos no Brasil seja composta por imigrantes árabes e seus descendentes, há um crescimento significativo no número de convertidos brasileiros não-árabes, que vêm ao Islã através de relacionamentos pessoais, trabalho, amizade, casamento ou trabalho missionário realizado por instituições muçulmanas, organizadas em mesquitas ou irmandades sufistas.

Levar em conta a multiplicidade e pluralidade das identidades dos agentes (gênero, etnia, nacionalidade, classe, etc.) é o que será decisivo para a forma de apropriação do Islã por cada indivíduo, associada à interação entre a identidade muçulmana produzida neste processo. Pode-se dizer que os muçulmanos brasileiros manifestam múltiplas formas de identidade e religiosidade, que os tornam articulados tanto com as codificações islâmicas transnacionais quanto com as conformações do grupo religioso em que estão inseridos.

Ao realizar este trabalho, foi possível verificar que o direito à liberdade religiosa é uma garantia de fundamental importância e vem do direito à liberdade de consciência, que vai além, e protege o direito de não acreditar em nada, ou de ser ateu, porque é algo que faz parte da consciência mais profunda do ser humano, de suas convicções mais íntimas, que são as que formam sua personalidade.

Desta forma, foi observada a importância da religião na construção e definição das civilizações. Foram verificados casos gritantes de intolerância religiosa no Ocidente no decorrer da história, tanto com cristãos, judeus e muçulmanos. Foi analisado como o aspecto religioso, em muitos casos, domina a política de um povo e os subjuga, ou pelo menos tenta subjugar-los, uma questão que ainda hoje é relevante.

Uma breve visão geral do sistema jurídico nacional mostrou que o direito à liberdade religiosa sempre esteve presente, pelo menos parcialmente, nas Constituições Federais brasileiras. Em nível internacional, este direito também é protegido. Existem disposições de proteção em convenções internacionais, mas, como quase tudo no direito internacional, elas devem ser plenamente respeitadas por todas as nações.

A prática religiosa diária de um muçulmano foi observada, assim como sua maneira de ver as questões triviais da vida, às vezes tão diferente da dos

ocidentais, às vezes não tão diferente, e às vezes totalmente idêntica. A questão do preconceito também foi abordada, no sentido de que as pessoas e/ou religiões muitas vezes consideram sua civilização e/ou religião superior a outras, num sentido de "nós e eles", o que também leva a um sentimento de desunião, tornando às vezes impossível a pacificação. Assim, foi mostrado de onde vêm as divisões dentro do Islã e por que os próprios muçulmanos estão em desacordo.

O terrorismo internacional e a preocupação da comunidade internacional com este problema cada vez mais assustador e real também foram analisados. Observou-se que a busca de uma definição do termo "terrorismo" continua sendo uma questão em aberto, o que dificulta a definição deste crime e, portanto, sua supressão efetiva na cena internacional.

A evolução do terrorismo no mundo foi discutida, citando casos relevantes da história, assim como as principais organizações terroristas do mundo. Foram mencionados o terrorismo de Estado, o bioterrorismo, o terrorismo nuclear e o terrorismo fundamentalista. Além disso, foram apresentados instrumentos jurídicos internacionais existentes que podem e devem ser utilizados na luta contra o terrorismo, bem como regulamentações internacionais das Nações Unidas, dos Estados e de outras organizações internacionais.

Neste sentido, foi observado que certas instituições de direito internacional poderiam desempenhar um papel fundamental na luta contra o terrorismo, com base na possibilidade de responsabilidade criminal internacional do indivíduo. Por enquanto, o Tribunal Penal Internacional não tem jurisdição para julgar atos de terrorismo internacional, que se enquadram no direito penal interno dos Estados. Neste contexto, a lei penal do inimigo, que automaticamente vem à mente quando se discute a acusação de terroristas, foi brevemente discutida.

Assim, concluiu-se também que a reforma da ONU é um projeto importante, especialmente no que diz respeito à mudança na composição do Conselho de Segurança, que tem como objetivo incluir outros Estados, proporcionar à ONU algo mais do que o legado do pós-guerra, alcançar maior representatividade política e cultural, com outras civilizações sendo melhor representadas, e com os interesses de todos sendo trazidos mais perto da

satisfação. Além disso, a criação do Conselho de Direitos Humanos e a tentativa de definir terrorismo através do Comitê Antiterrorista da instituição são provas da importância da questão dentro do Conselho.

Foi mostrado como a violência terrorista viola os direitos humanos e como alguns Estados não se importam com os direitos fundamentais adquiridos internacionalmente, porque existem outros "valores", seja a política adotada, a teocracia ou a confusão entre religião e política, e às vezes também a lei.

Finalmente, foi provada a raiz da violência ligada ao mundo islâmico, de onde vêm as idéias totalitárias e até suicidas, e em nome das quais são feitos sacrifícios e sacrifícios. Segundo os muçulmanos moderados, grupos radicais interpretam textos e tradições fora do contexto e os utilizam como pretexto para seus atos de terror. O significado e as interpretações do termo "jihad", conhecido como guerra santa, foram discutidos, assim como as razões para encorajar tais práticas.

O choque de civilizações, particularmente entre o Ocidente e o mundo islâmico, foi observado e, embora a impressão à primeira vista seja a oposta, muitas semelhanças podem ser observadas em termos do que é, em última análise, desejado para a humanidade em ambas as civilizações. Isto obviamente não é um consenso geral, pois sempre haverá desacordos, mesmo entre membros da mesma civilização, pois o que é desejado é muitas vezes desejado individualmente, como um valor particular. Em geral, porém, pode-se dizer que ambas as civilizações visam, por exemplo, a dignidade social do povo, a ordem, a lealdade ao governante, a justa proteção do que lhes pertence e até mesmo a paz. Estes objetivos comuns podem até mesmo ser alcançados se a tolerância e o respeito à "diferença" forem praticados.

Foi feita breve referência aos postulados que devem reger as questões de conflito entre direitos fundamentais. Assim, concluiu-se que o direito à liberdade religiosa, um direito fundamental, pode ter que ser equilibrado, ou mesmo limitado em alguns casos, quando se trata de defender outros direitos igualmente fundamentais, como quando, em nome da fé, são cometidas atrocidades que colocam um fim à integridade e até mesmo à vida dos outros. Esta é uma análise extremamente delicada, possível apenas em um caso específico, mas difícil, pois envolve o peso subjetivo que outros valores conflitantes podem ter em relação a

este direito.

REFERENCIAS

BRASIL, Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de Março de 1824). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em 03ago.2021.

CASTRO, Cristina Maria de; VILELA, Elaine Meire. *Muçulmanos no Brasil: uma análise socioeconômica e demográfica a partir do Censo 2010*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 39(1): 170-197, 2019.

DUTRA, Stefany; PEREIRA, Emily Steffens; IRSCHLINGER, Fausto Alencar. *Muçulmanos no Brasil: adaptações e especificidades nos séculos XX e XXI*. Akrópolis, Umuarama, v. 27, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2019.

FARAH, Paulo Daniel. *Relato de viagem de um erudito muçulmano ao Brasil do oitocentos: a experiência e o prisma de um viajante do século XIX*. Recorte – Revista digital . V. 6 - N.º 2 (julho-dezembro /2009).

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003.

GIORDANI, Mário Curtis. *História do mundo árabe medieval*. Petrópolis: Vozes, 1985.

HATHOUT, Hassan. *Viagem pela mente de um muçulmano*. Espanha: American trust publications, 2014.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MOTT, Maria Lúcia. Imigração árabe: um certo oriente no Brasil. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

NUNES, Heliana Prudente. A imigração árabe em Goiás: 1880-1970. São Paulo, 1996. Teses (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 1996, Adaptado.

REIS, João José. Presença Negra: conflitos e encontros. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês* (1835). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. *A implantação e o crescimento do islã no Brasil*. São Paulo: Estudos de Religião, v. 26, n. 43, 2012.